

MARISOL S.A.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES E POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES

I - OBJETO

A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, da **MARISOL S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.429.752/0001-62 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), e suas controladas, com sede na Rua Bernardo Dornbusch n.º 1.300, Vila Lalau, em Jaraguá do Sul (SC), foi elaborada com observância das normas contidas na Instrução 358 de 03 de janeiro de 2002, da Comissão de Valores Mobiliários.

II – DEFINIÇÕES

1. Atos e Fatos Relevantes

Considera-se relevante:

- a) Qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou órgãos de administração da Companhia; ou
- b) Qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de forma ponderável:
 - na cotação dos valores mobiliários;
 - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários;
 - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários.

Demais exemplos enumerados, de forma não exaustiva, no artigo segundo da Instrução CVM 358/02.

2. Uso de Informação Privilegiada

Consideram-se todos os atos e fatos, atuais ou futuros previsíveis, nos negócios da **MARISOL S.A.**, que possam vir a influir na cotação de seus valores mobiliários, ou na decisão dos investidores em negociá-los, ou na determinação dos investidores em exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia, até que as informações sejam

divulgadas aos órgãos oficiais reguladores, como CVM – Comissão de Valores Mobiliários e Bolsas de Valores e, simultaneamente, aos acionistas em geral, através da divulgação e publicação dessas informações pelos órgãos de imprensa.

3. Prática não Equitativa

Utilização de informações privilegiadas para auferir, em benefício próprio, ou de terceiros, vantagens através de negociação com valores mobiliários.

4. Investidores, Principais e Correlatos

São **investidores principais** os acionistas, controladores ou não, que tenham qualquer participação, direta ou indireta, na administração da **MARISOL S.A.**, e suas controladas, inclusive seus administradores (considerados como tal seus Diretores e membros do Conselho de Administração), bem como os membros do Conselho Fiscal e a quem eles representam. Incluem-se os funcionários, independente dos cargos ou títulos funcionais que desempenham, seja por força de suas condições naturais de trabalho ou por eventual falha no sistema de comunicação e/ou de informação onde possam vir a conhecer por acesso direto ou indireto informações privilegiadas da **MARISOL S.A.**, e suas controladas.

São **investidores correlatos**, seus cônjuges, cônjuges dos quais não estejam separados de fato ou judicialmente, seus companheiros (as), ascendentes e descendentes, bem como quaisquer outras pessoas de vínculo familiar, ou de relacionamento próximo, além de seus dependentes, independentemente de vínculo familiar, aqui entendido as pessoas habitualmente incluídas em sua declaração anual de imposto sobre a renda.

5. Administradores

Consideram-se administradores para os efeitos desta política, salvo se diferentemente for expresso:

- os membros do Conselho de Administração;
- os Diretores;
- os membros do Conselho Fiscal;
- os membros de outros Órgãos que venham a ser criados pelo Estatuto da **MARISOL S.A.**

DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

III - NORMAS DE DIVULGAÇÃO

1. Da Finalidade

A presente política de divulgação tem como finalidade manter o mercado, os investidores e o público em geral informados sobre os atos e fatos relevantes pertinentes aos negócios da **MARISOL S.A.**.

2. Dos Procedimentos de Divulgação

- a) Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação, assim como a comunicação à Comissão de Valores Mobiliários e, se for o caso, à Bolsa de Valores.
- b) Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da **MARISOL S.A.**, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.
- c) A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, deve ser feita de modo claro e preciso, e em linguagem acessível.
- d) A divulgação dar-se-á através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela **MARISOL S.A.**, podendo ser resumida, indicando o endereço de internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores.
- e) A divulgação será preferencialmente realizada antes do início ou após o término dos negócios nas bolsas de valores e será enviada simultaneamente a todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação.

3. Exceção à Imediata Divulgação

- a) Ato ou fato relevante pode excepcionalmente deixar de ser divulgado ao mercado, por decisão dos acionistas controladores ou dos administradores, se estes entenderem que sua revelação poderá por em risco interesse legítimo da Companhia.

- b) Os acionistas controladores ou os administradores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, não divulgar as informações. Neste caso o requerimento deverá ser formulado, em envelope lacrado e de forma confidencial, ao presidente da CVM. Caso a CVM decida pela divulgação, a mesma deverá ser efetuada de imediato, tão logo seja o interessado comunicado da decisão.

4. Dever de Guardar Sigilo

Os acionistas controladores, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária e os funcionários da Companhia e das controladas, que tenham firmado o Termo de Adesão, tem o dever de guardar sigilo das informações relativas a atos ou fatos relevantes às quais tenham acesso privilegiado em função do cargo que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que seus subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes, na hipótese de descumprimento.

DA POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO

IV – NORMAS DE NEGOCIAÇÃO

Os investidores principais e correlatos, como definidos na Seção II, item 4, estão:

1. Cientes de que é prática condenável, sujeita a sanções previstas em lei

- a) Valerem-se de informações privilegiadas para, através de práticas não equitativas, obter para si ou terceiros, vantagens mediante negociação de valores mobiliários.
- b) Não envidarem todos os esforços no sentido de evitar que toda e qualquer informação privilegiada seja disseminada (interna ou externamente), omitindo-se de sua responsabilidade de zelar pela confidencialidade das informações, até que sejam dadas como públicas, o que apenas se caracteriza pela oficialização dos fatos junto aos órgãos reguladores do mercado de capitais e dos órgãos de imprensa.

2. Impedidos de negociar ações da Marisol S.A.

- a) No período que antecede a divulgação ao mercado de ato ou fato relevante do qual tenham conhecimento.
- b) No caso de se afastarem da administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado em sua gestão, estendendo-se a vedação por um prazo de 6 (seis) meses após seu afastamento.
- c) No período de 15 dias que antecede à divulgação das Informações Trimestrais (ITR), Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e Informações Anuais (IAN).**

Nota: os mesmos impedimentos são aplicáveis às empresas de consultoria e aos profissionais autônomos que, contratados pela Companhia, para prestação de serviços, de qualquer natureza, tenham ou possam vir a ter, durante o exercício de suas funções, acesso a qualquer tipo de informação privilegiada. Neste caso, cabe ao responsável pela contratação a responsabilidade de esclarecer o contratado quanto as normas em questão, bem como fiscalizar a conduta de seu contratado, enquanto durar a prestação de serviços.

V - NORMAS DE AQUISIÇÃO E/OU ALIENAÇÃO DE AÇÕES

Os acionistas controladores, os administradores (considerados como tal os Diretores, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal) da **MARISOL S.A.:**

1. São obrigados a comunicar, por escrito:

- a) A quantidade de ações possuídas, especificando sua espécie (ordinária e/ou preferencial), imediatamente após sua investidura no cargo, apresentando as mesmas informações relativas aos investidores correlatos.
- b) Toda e qualquer negociação efetuada, o tipo de operação e demais informações pertinentes aos valores mobiliários referidos neste item, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar a negociação. A Companhia informará a BOVESPA e a CVM as negociações efetuadas.

2. Quando a participação for igual ou superior a 5%, de espécie ou classe de ações representativas do capital da Companhia, além de comunicar à mesma, devem divulgar o evento como fato relevante cada vez que sua participação se elevar ou se reduzir em 5% da espécie ou classe de ações representativas do capital.

VI – RESPONSÁVEIS PELA DIVULGAÇÃO

1. Cabe ao Diretor de Relações com Investidores à divulgação dos atos e fatos relevantes, dando ampla e imediata divulgação simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação.
2. Cabe ao Diretor Presidente e/ou Diretor de Relações com Investidores, decidir sobre desvios que eventualmente venham a ocorrer em relação a esta norma, bem como sobre eventuais situações especiais nela não contempladas.

VII – INFORMAÇÕES À MARISOL S.A.

Todas as informações descritas nesta norma, que deverão ser remetidas à **MARISOL S.A.**, serão enviadas ao Diretor Presidente e/ou Diretor de Relações com Investidores, sediada na Rua Bernardo Dornbusch n.º 1.300, Vila Lalau, em Jaraguá do Sul (SC); e-mail danna@marisol.com.br, fone (47) 372-6015 ou fax (47) 372-6144.

VIII – VIGÊNCIA

Esta política entra em vigor após análise e aprovação do Conselho de Administração e na data de sua divulgação aos administradores e funcionários, tendo vigência por prazo indeterminado, podendo sofrer alterações a juízo do Conselho de Administração.

Jaraguá do Sul (SC), 17 de julho de 2002.

VICENTE DONINI

DEVANIR DANNA

Diretor Presidente Diretor Financeiro e de Relações